

Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A.

(em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras Individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de
2025**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	4
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	8
Demonstrações do resultado individuais e consolidados	9
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidados	13

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Senhores acionistas, a Administração da Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.s.as. as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Atlas Brasil Catarina Holding Ltda. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

Janaúba, 12 de fevereiro de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da
Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A.
Janaúba - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Balanços Patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalente de caixa	8	115	65	328	138	Fornecedores	12	-	4.265	10	506
Contas a receber partes relacionadas	2.1	64	-	64	-	Obrigações fiscais		-	2	25	27
Imposto a recuperar		-	-	9	-	Imposto de renda e Contribuição social		-	-	30	-
Imposto de renda e contribuição social		-	3	2	14	Mútuos financeiros com partes relacionadas	15	4.478	-	-	-
Despesas antecipadas		-	-	14	-	Outras contas a pagar	12	8.131	8.131	8.131	8.131
Adiantamento a fornecedores		-	6	-	7						
Total do ativo circulante		179	74	417	159	Total do passivo circulante		12.609	12.398	8.196	8.664
Investimentos	10	23.254	21.245	-	-	Patrimônio líquido	13				
Imobilizado em andamento	9	-	7	3.740	2.570	Capital social		11.113	8.903	11.113	8.903
Intangível	11	-	-	14.863	14.863	Reserva de lucros		-	25	-	25
Total do ativo não circulante		23.254	21.252	18.603	17.433	Prejuízos acumulados		(289)	-	(289)	-
Total do ativo		23.433	21.326	19.020	17.592	Total do patrimônio líquido		10.824	8.928	10.824	8.928
						Total do passivo e patrimônio líquido		23.433	21.326	19.020	17.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	14	(124)	(84)	(215)	(219)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(124)	(84)	(215)	(219)
Receitas financeiras	15	15	10	16	11
Despesas financeiras	15	(189)	(2)	(85)	(7)
Resultado financeiro líquido		(174)	8	(69)	4
Resultado de equivalência patrimonial	10	(16)	(139)	-	-
Resultado antes dos impostos		(314)	(215)	(284)	(215)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(30)	-
Prejuízo do exercício		(314)	(215)	(314)	(215)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	<u>(314)</u>	<u>(215)</u>	<u>(314)</u>	<u>(215)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(314)</u>	<u>(215)</u>	<u>(314)</u>	<u>(215)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>Capital subscrito</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		8.023	180	-	8.203
Subscrição e integralização de capital social	13 a	880	-	-	880
Prejuízo do exercício		-	-	(215)	(215)
Reversão de dividendos a pagar		-	-	60	60
Destinação da reserva de retenção de lucros para absorção do prejuízo do exercício	13 c	-	(180)	180	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		8.903	-	25	8.928
Prejuízo do exercício		-	-	(314)	(314)
Subscrição e integralização de capital social	13 a	2.210	-	-	2.210
Saldos em 31 de dezembro de 2025		11.113	-	(289)	10.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A., (“Companhia” ou “Controladora”), é uma Comercializadora constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Area Rural, S/N, na cidade de Janaúba, no Estado de Minas Gerais.

A Companhia foi constituída em 05 de janeiro de 2023 com o objetivo de centralizar os investimentos das controladas Catarina 7 Energia SPE Ltda., Catarina VI Energia SPE Ltda., Atlas Catarina 1 Energia SPE Ltda., Atlas Catarina 2 Energia SPE Ltda., Atlas Catarina 3 Energia SPE Ltda. e Atlas Catarina 4 Energia SPE Ltda.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O Grupo está envolvido primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica.

Atualmente o Grupo encontra-se em fase de desenvolvimento, com expectativa de entrar em operação comercial ao final de 2026.

1.1 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em R\$ 12.430 (R\$ 12.324 em 31 de dezembro de 2024) e prejuízo no exercício de R\$ 314 (R\$ 215 em 2024). O Grupo apresentou capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 7.779 (R\$ 8.505 em 2024) e prejuízo no exercício de R\$ 314 (R\$ 215 em 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, se necessário, a controladora da Companhia poderá transferir recursos de modo a permitir o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as demonstrações financeiras da Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A., e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas	País	Participação			
		31/12/2025		31/12/2024	
Catarina 1 Energia SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Catarina 2 Energia SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Catarina 3 Energia SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Catarina 4 Energia SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Catarina 5 Energia SPE Ltda.	Brasil	Direta	0%	Direta	100%
Catarina VI Energia SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Catarina 7 Energia SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%

2.1 Reorganizações societárias

Em 05 de novembro de 2025, a Companhia procedeu com a venda de participação societária da investida direta Catarina 5 Energia SPE Ltda. junto a Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda., mediante valor de livro pelo montante de R\$ 64.

Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(em fase pré-operacional)

Atlas Catarina 5 Energia SPE Ltda.

Balancos Patrimoniais

Período findo em 05 de novembro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	05/11/2025	Passivo	05/11/2025
Caixa e equivalentes de caixa	25		
Total do ativo circulante	25		
Imobilizado em andamento	39	Patrimônio líquido	
Total do ativo não circulante	39	Capital social	90
		Prejuízos acumulados	(24)
		Total do patrimônio líquido	64
Total do ativo	64	Total do passivo e patrimônio líquido	64

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de fevereiro de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos passivos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 9:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 9 e 11:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2025;

- **Intangível – nota explicativa nº 11:** Principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 17:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(v) Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende a definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia

avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um “teste de concentração” que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente ao resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionais à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

a. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros; e
- despesa bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

b. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A Companhia não possui despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional.

O imobilizado em andamento registrado pela Companhia refere-se a custos associados a gastos necessários para a conclusão do desenvolvimento do ativo, até que o projeto esteja pronto para início da construção. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas a eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substanciais de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, assim que concluída, será de 30 anos, limitada ao prazo de autorização.

d. Ativos intangíveis

Inclui autorização de implantação e exploração de usina fotovoltaica e direito de exploração de área rural

(i) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A vida útil estimada é de 30 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(i) Ativo identificável

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição do ativo intangível, quando:

- for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- resultar de direitos contratuais ou direitos legais.

(ii) Controle

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de controle do ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

(iii) Benefício econômico futuro

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de obter os benefícios econômicos futuros quando tais benefícios incluem a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade

Após confirmado a consonância dos requerimentos de identificação de um ativo intangível, a Administração segue com o reconhecimento do Ativo Intangível.

(iv) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(v) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(vi) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A Administração compreende como vida útil do ativo de direito de outorgas para exploração de geração de energia fotovoltaica que compreende 35 anos, a contar a partir do início da operação comercial do Grupo, previsto para segundo semestre de 2026.

(i) Classificação e mensuração subsequente

e. Instrumentos Financeiros

(a) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(ii) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo

seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os ativos não financeiros da Companhia encontram-se em construção e não apresentam indicativos que o valor contábil possa não ser recuperável.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

h. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações ainda efetivadas

(a) Normas contábeis

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Empresa não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

(b) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras

Introdução:

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras da Companhia. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Empresa.

Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para a Companhia a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

- **Revisão de preços e margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Companhia e investidas, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.
- **Fluxo de caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Companhia e investidas, exigindo ajustes no

planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.

- **Sistemas e processos internos:** A Companhia e investidas precisarão adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.
- **Contratos e acordos comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.
- **Análise de créditos tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.
- **Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Companhia e investidas e, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

Medidas Adotadas e Próximos Passos:

A Companhia monitora ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Realizar estudos aprofundados sobre as implicações da nova legislação para cada operação da Companhia
- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos à vista (a)	73	65	286	138
Aplicações financeiras curto prazo (b)	42	-	42	-
Caixa e equivalentes de caixa	115	65	328	138

- (a) Inclui depósitos bancários prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 90% em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Imobilizado em andamento

a. Conciliação do valor contábil

Custo de aquisição:	31/12/2024	Adições	31/12/2025
Imobilizado em andamento (a)	2.570	1.170	3.740
Total do imobilizado	2.570	1.170	3.740

Custo de aquisição:	05/01/2023	Reorganizações societárias	Adições	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Imobilizado em andamento (a)	-	2	1.299	1.301	1.269	2.570
Total do imobilizado	-	2	1.299	1.301	1.269	2.570

(a) Refere-se a imobilizado em andamento para implementação do parque fotovoltaico das controladas da Companhia.

Conforme previsto na política contábil de imobilizado constante na nota explicativa nº 5.a, o Grupo não reconheceu em 31 de dezembro de 2025 despesas com depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional e o ativo está em andamento, ou seja, não se encontra nas condições pretendidas pela Companhia.

O Grupo avaliou que até 31 de dezembro de 2025 não existem evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

10 Investimentos

<i>Investimentos em controladas</i>	31/12/2024	Reorganização societária (a)	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	31/12/2025
Catarina 1 Energia SPE Ltda.	255	-	353	(14)	594
Catarina 2 Energia SPE Ltda.	202	-	310	(13)	499
Catarina 3 Energia SPE Ltda.	212	-	263	(13)	462
Catarina 4 Energia SPE Ltda.	218	-	279	(13)	484
Catarina 5 Energia SPE Ltda.	61	(64)	14	(11)	-
Catarina VI Energia SPE Ltda.	8.085	-	578	(14)	8.649
Catarina 7 Energia SPE Ltda.	12.212	-	290	62	12.564
	21.245	(64)	2.087	(16)	23.254

<i>Investimentos em controladas</i>	31/12/2023	Intangível	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	31/12/2024
Catarina 1 Energia SPE Ltda.	79	-	191	(15)	255
Catarina 2 Energia SPE Ltda.	65	-	154	(17)	202
Catarina 3 Energia SPE Ltda.	65	-	171	(24)	212
Catarina 4 Energia SPE Ltda.	65	-	171	(18)	218
Catarina 5 Energia SPE Ltda.	(11)	-	90	(18)	61
Catarina VI Energia SPE Ltda.	7.619	349	137	(20)	8.085
Catarina 7 Energia SPE Ltda.	12.084	-	155	(27)	12.212
	19.966	349	1.069	(139)	21.245

(a) Refere-se aos ajustes decorrentes da venda de participações entre entidades sob controle comum no âmbito do grupo Atlas Catarina, sem alteração de controle final. Para Catarina 5 Energia SPE Ltda., o valor de R\$ 64 representa o ajuste no valor contábil do investimento decorrente dessa operação, conforme nota explicativa nº 2.1

Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em fase pré-operacional)

	2025				
	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Controladas					
Catarina 1 Energia SPE Ltda.	637	602	7	594	(14)
Catarina 2 Energia SPE Ltda.	542	502	3	499	(13)
Catarina 3 Energia SPE Ltda.	512	465	3	462	(13)
Catarina 4 Energia SPE Ltda.	528	487	3	484	(13)
Catarina VI Energia SPE Ltda.	877	842	15	828	(14)
Catarina 7 Energia SPE Ltda.	5.578	5.556	32	5.524	62
	8.673	8.455	64	8.380	(15)

	2024				
	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Controladas					
Catarina 1 Energia SPE Ltda.	284	357	102	255	(15)
Catarina 2 Energia SPE Ltda.	232	304	102	202	(17)
Catarina 3 Energia SPE Ltda.	249	314	102	212	(24)
Catarina 4 Energia SPE Ltda.	249	319	101	218	(18)
Catarina 5 Energia SPE Ltda.	90	64	5	59	(18)
Catarina VI Energia SPE Ltda.	299	365	102	263	(20)
Catarina 7 Energia SPE Ltda.	5.288	5.180	8	5.172	(27)
	6.690	6.903	522	6.381	(139)

11 Intangível

a. Conciliação do valor contábil

	Consolidado	
	2025	2024
Custo		
Outorga de autorização de exploração e implantação de usina fotovoltaica e direito de exploração da área rural	14.863	14.863
Total	14.863	14.863

Outorga de autorização de implantação e exploração de usina fotovoltaica São Francisco IV e São Francisco V

Autorização de implantação e exploração de usina fotovoltaica obtida mediante aquisição da controlada Catarina 7 SPE Ltda. (anteriormente denominada São Francisco Participações Ltda.), de capacidade instalada de 58,77 MWac (UFV São Francisco IV e UFV São Francisco V), localizada no Município de Janaúba/MG. Desta forma, após aplicar a política descrita na nota explicativa nº 6.c, a Companhia reconheceu o ativo intangível adquirido no montante de R\$ 7.822.

Direito de exploração da área rural

Direito de uso de superfície de áreas adicionais do imóvel rural do projeto, localizado no município de Janaúba/MG - Fazenda Gameleira, obtida mediante a aquisição da controlada Catarina VI SPE Ltda. (anteriormente denominada Vista Alegre XX Energia SPE Ltda.). Desta forma, após aplicar a política descrita na nota explicativa nº 6.c, a Companhia reconheceu o ativo intangível adquirido no montante de R\$ 7.041

A composição do intangível está demonstrada a seguir:

Projeto	SPE	Início licença	Saldo em 31/12/2023	Adições (a)	Saldo em 31/12/2024	Adições (a)	Saldo em 31/12/2025
Catarina	Catarina VI SPE Ltda. (i)	01/01/2024	7.041	349	7.390	-	7.390
Catarina	Catarina 7 SPE Ltda.	01/01/2024	7.473	-	7.473	-	7.473
			14.514	349	14.863	-	14.863

(i) Anteriormente denominada Vista Alegre XX SPE Ltda.

(a) Refere-se a complemento de preço pago pela aquisição do intangível.

A Companhia avaliou que em 31 de dezembro de 2025 não existem evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

12 Fornecedores e contas a pagar

O saldo de fornecedores é representado por provisões de serviços de contabilidade e auditoria.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contratação de serviços e materiais	-	11	10	506
Fornecedor partes relacionadas (a)	-	4.254	-	-
Total de fornecedores	-	4.265	10	506
Aquisição de investida (b)	8.131	8.131	8.131	8.131
Total outras contas a pagar	8.131	8.131	8.131	8.131
Total fornecedores e outras contas a pagar	8.131	12.396	8.141	8.637

(a) Conforme nota explicativa 16.

(b) Refere-se a parcela residual a pagar a Natural Energia referente a aquisição da investida Catarina VI SPE Ltda, anteriormente denominada Vista Alegre XX SPE Ltda.

13 Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 11.113 (R\$ 8.903 em 31 de dezembro de 2024), representado por 11.113.335 ações (8.903.335 ações em 31 de dezembro de 2024), nominativas e sem valor nominal.

A Companhia subscreveu e integralizou ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 capital social no montante de R\$ 2.210 (R\$ 880 ao longo de 2024), por meio de transferência bancária realizada pela controladora Atlas Brasil Catarina Holding Ltda.

b) Reserva de retenção de lucros

Mediante o prejuízo apurado em 2025 de R\$ 314, a Companhia compensou lucros acumulados de R\$ 25.

14 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contabilidade e auditoria	(65)	(47)	(153)	(181)
Assessoria e advogados	(2)	(23)	(3)	(23)
Serviços técnicos	-	(3)	-	(4)
Impostos e taxas	(50)	(1)	(52)	(1)
Despesas com viagens e outras	(7)	(10)	(7)	(10)
Total de despesas gerais e administrativas	(124)	(84)	(215)	(219)

15 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras (a)	15	10	15	11
	15	10	122	11
Despesa financeira				
Despesas bancárias	(82)	(2)	(84)	(7)
	(189)	(2)	(191)	(7)
Resultado financeiro, líquido	(174)	8	(69)	4

16 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta da Companhia é a Atlas Brasil Catarina Holding Ltda. e o controlador final é o GIP Hélios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o exercício findo em 2025 e 2024 não foram fixadas remunerações. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

c. Operações com partes relacionadas

Controladora

	Contas a Pagar	
	2025	2024
<u>Operações intercompany – Nacional</u>		
Catarina 7 Energia SPE Ltda.	-	4.254
Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda.	64	-
Total	64	4.254

(ii) Mútuo Intercompany

	Contas a Pagar	
	2025	2024
Catarina 7 Energia SPE Ltda.	4.478	-
Total	4.478	-

(i) Conforme nota explicativa nº 12.

Mutuante	Mutuário	Saldo em 31/12/2024	Adições (a)	IOF sobre o mútuo	Juros	Saldo em 31/12/2025
Catarina 7 Energia SPE Ltda.	Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A.	-	4.254	117	107	4.478
		-	4.254	117	107	4.478

- (a) Refere-se a transferência de saldos de fornecedores partes relacionadas para mútuo. Os juros anuais são de 12% a.a. com vencimento previsto para 30 de abril de 2026.

17 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta a classificação contábil dos ativos e passivos financeiros classificados como VJR (valor justo por meio do resultado) e custo amortizado, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Nota	2025 - Valor contábil		2025 - Valor contábil	
		Controladora		Consolidado	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	73	-	286
Aplicação	8	42	-	42	-
Partes relacionadas	12 e 16	-	64	-	64
Total		42	137	42	350
Passivos					
Fornecedores	12	-	-	-	10
Mútuos financeiros com partes relacionadas	15	4.478	-	-	-
Outras contas a pagar	12	-	8.131	-	8.131
Total		-	8.131	-	8.141

Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(em fase pré-operacional)

	Nota	2024 - Valor contábil Controladora		2024 - Valor contábil Consolidado	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	65	-	138
Total		-	65	-	138
Passivos					
Fornecedores	12	-	4.265	-	4
Outras contas a pagar	12	-	8.131	-	8.131
Total		-	12.396	-	8.141

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

	Hierarquia do valor justo	2025 – Controladora		2025 - Consolidado	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	115	115	328	328
Contas a receber	Nível 2	64	-	64	-
Total		115	115	328	328
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	-	-	10	10
Mútuos financeiros com partes relacionadas	Nível 2	4.478	-	-	-
Outras contas a pagar	Nível 2	8.131	8.131	8.131	8.131
Total		12.609	8.131	8.141	8.141

		2024 – Controladora		2024 – Consolidado	
	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	65	65	138	138
Total		65	65	138	138
		2024 – Controladora		2024 – Consolidado	
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	4.265	4.265	506	506
Outras contas a pagar	Nível 2	8.131	8.131	8.131	8.131
Total		12.396	12.396	8.637	8.637

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não Aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

c) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;

- Risco de liquidez; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

i. Risco de crédito

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixas e equivalentes de caixa	115	65	328	138
Total	115	65	328	138

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

31 de dezembro de 2025 - Controladora

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	8.131	8.131	8.131	-	-	-
Mútuos financeiros com partes relacionadas	4.478	4.478	4.478	-	-	-
Total	12.609	12.609	12.609	-	-	-

31 de dezembro de 2024 - Controladora	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor Contábil	Total	1 ano ou menos	2 – 5 Anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	12.396	12.396	12.396	-	-	-
Total	12.396	12.396	12.396	-	-	-

31 de dezembro de 2025 - Consolidado	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor Contábil	Total	1 ano ou menos	2 – 5 Anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	8.141	8.141	8.141	-	-	-
Total	8.141	8.141	8.141	-	-	-

31 de dezembro de 2024 - Consolidado	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor Contábil	Total	1 ano ou menos	2 – 5 Anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	8.637	8.637	8.637	-	-	-
Total	8.637	8.637	8.637	-	-	-

- (i) Conforme nota explicativa nº12.
(ii) Conforme nota explicativa nº13.

iii. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, o Grupo efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo

essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2025	Cenário Provável 31/12/2026	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (a)	15%	12,25%	14,75%	14,88%	17,85%

Risco de redução (ativo)	Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Aplicações financeiras	CDI	42	5	8	9	4	3

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

18 Contingências

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2025 e 2024 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

19 Informações complementares aos fluxos de caixa

Abaixo descrevemos as transações de fluxos de caixa de financiamento que não envolveram caixa:

	Controladora	
	2025	2024
Fornecedores	(4.254)	-
Mútuos financeiros com partes relacionadas	4.254	-

20 Eventos subsequentes

Recebimento da venda da SPE Catarina 5 Energia SPE Ltda.
Em 08 de janeiro de 2026 a Atlas Energia Renovável do Brasil Ltda efetuou o pagamento no valor de R\$ 64 decorrente da compra da SPE Catarina 5 Energia SPE Ltda.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *